

ACEF/1718/0124407 — Relatório final da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Carlos de O. Fernandes
Manuel António Brites Salgado
Jan Bergsma
Mariana Martins

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Escola Superior De Hotelaria E Turismo Do Estoril

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Escola Superior De Hotelaria E Turismo Do Estoril

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Direcção e Gestão Hoteleira

1.4. Grau:

Licenciado

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5._DR - DGH - Plano Estudos.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Técnicas e Tecnologias de Aplicação; Gestão

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

811

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

345

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

812

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

6 semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

60

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

60

1.11. Condições específicas de ingresso.

1) Pelo Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, em que os candidatos titulares do 12.º ano de escolaridade serão sujeitos a provas de ingresso numa das seguintes disciplinas: “16 - Matemática” ou “04 - Economia” no ano letivo 2011/2012

2) Pelos Regimes Especiais, que incluem os candidatos que se encontram abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro,

3) Pelos Concursos Especiais, que abrangem os candidatos que se encontram abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de outubro,

4) Pelo Acesso ao Ensino Superior Para Maiores de 23 anos, ao abrigo das condições previstas no Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março.

1.12. Regime de funcionamento.

Diurno

1.12.1. Outro:

N/A

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Instalações da ESHTe

1.14. Eventuais observações da CAE:

<sem resposta>

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Em parte

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Em parte

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Sim

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

Na reunião é apresentada uma CC que é docente a TI e doutora em Gestão (AC fundamental - 27%), tendo lecionado a UC de Técnicas Financeiras, pelo que tem perfil adequado numa AC secundária. O docente responsável pelo CE, no guião, é reconhecido como especialista pelo CTC da IES, em março de 2014. Na ficha docente constata-se que é licenciado em Informática e mestre em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, apresenta experiência profissional na área de Hotelaria e Restauração desde 1989 a 2011, pelo que deverá submeter-se a provas públicas para obter o Título de Especialista por provas públicas, para assim justificar a coordenação do CE. Leciona 1 UC (Tecnologia e Sistemas de Informação I - 4 + 4 horas no CE, que possui uma natureza enquadrável nas Ciências Exatas). É especialista por CTC (HR) numa AC fundamental do CE (TTA - 36%) e está

em regime de tempo integral na IES, pelo que poderá ter perfil académico adequado, mas ainda não possui o Título de Especialista, de reconhecida experiência e competência profissional na área de formação fundamental do CE. A CAE entende que seria mais proveitoso para o CE que o/a CC tivesse perfil na área da Hotelaria e Restauração, incluída na AC interna de TTA e com mais serviço letivo atribuído no CE.

O corpo docente cumpre os requisitos legais, designadamente de corpo docente próprio (36 ETI - 87%) e academicamente qualificado (18,4 ETI - 44%). Relativamente ao corpo docente especializado (11,9 ETI - 29%) reconhecem-se nas ACs fundamentais do CE (TTA e Gestão), com produção científica considerada relevante nestas áreas fundamentais do CE, pelo que ainda não se atinge o rácio de 50% de ETI legalmente requerido, como previsto na alínea c) do n.º 6 do art. 6º do decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro. No entanto, a CAE entende que a IES possui um número razoável de docentes das áreas da especialização. Além disso, o número de docentes em programas de doutoramento (13) há mais de um ano pode contribuir para melhorar os níveis de especialização do corpo docente do CE, sobretudo se se especializarem ou obtiverem reconhecida experiência e competência profissional na área de TTA e de CAS, pelo que o requisito do corpo docente especializado nas áreas predominantes do CE deve ser uma aposta contínua da ESHTe, sobretudo através da especialização e da investigação e produção científica.

As cargas letivas atribuídas aos docentes não são quantificáveis na ESHTe, apenas no CE, o que limita a análise se serão compatíveis com as demais funções próprias de um docente de ensino superior. Porém, identificou-se que os docentes nas FC têm apenas 1 ou 2 UCs e em média 1,2 UCs por docente. As cargas letivas pareceram baixas neste CE, pelo que levantaram dúvidas sobre a DSD na ESHTe e, assim, solicitou-se um mapa com a DSD de 2017-18 completa para os docentes deste CE. A informação prestada pela IES mostra que há equilíbrio no serviço atribuído aos docentes do CE, pois a análise da DSD DGH detalhada por docente e CE permite constatar que, em geral, a carga docente semanal é adequada (12 horas letivas a TI). É necessário evidenciar que as UCs de Estágio I e II (6 HC anual) também foram contabilizadas (2 TI Estágio I e 3 TI Estágio II), totalizando 5 docentes (5 ETIs), porém nenhum possui serviço docente e, em termos gerais, não estão afetos à área de Hotelaria, pelo que se considera, pelas evidências dadas nas reuniões, haver também fragilidade no planeamento e organização do processo de Estágio.

A maioria dos docentes tem uma ligação estável com a instituição (36), por um período superior a três anos (87%).

Um CE de 1º ciclo com 6 AC e com as AC predominantes em TTA e Gestão, pode permitir uma distribuição equilibrada entre 1-2 UCs por docente, sendo fundamental garantir a capacidade científica para o desenvolvimento de competências de investigação, sobretudo na AC principal do curso (36%). A ESHTe deverá continuar a garantir um número razoável de docentes especializados nas ACs de TTA e Gestão, para assegurar a coordenação do CE, carga letiva, investigação, publicações, cargos de gestão, representação nos diversos órgãos, prestação de serviços, etc. A estes especialistas da área fundamental pode-se acrescentar os doutores / especialistas de outras AC com evidência de esforço de investigação e reconhecimento nacional e internacional para fazer a ligação à respetiva AC principal.

2.6.2. Pontos fortes

O corpo docente cumpre importantes requisitos legais.

A lecionação das UC, sobretudo das 2 AC da especialização é assegurada, em geral, por docentes qualificados no respetivo domínio do conhecimento.

A maioria dos docentes (36) tem uma ligação estável com a ESHTe.

2.6.3. Recomendações de melhoria

O Coordenador do CE poderá potenciar maior articulação da equipa de docência e, assim, também estar ainda mais envolvido nas diversas atividades letivas, curriculares e extracurriculares, sobretudo com vista a promover o EA no CE e a aumentar o volume de projetos e produção científica relevantes nos domínios das 2 AC. Deve-se privilegiar a maior lecionação no CE coordenado para melhor conhecer o processo de EA e, assim, exercer de mais próximo as funções de coordenação.

É oportuno estimular os docentes a realizar programas de doutoramento de acordo com as necessidades de corpo docente especializado em TTA e Gestão para melhorar um requisito legal.

Será importante que a instituição assegure que os seus docentes sejam especializados nos domínios de conhecimento das AC fundamentais e, assim, se garanta que os docentes desenvolvam e promovam mais investigação e publicação relevantes, reconhecidas por pares.

A ESHTe deve tomar medidas para que os rácios do corpo docente qualificado e especializado melhorem de modo contínuo e essa melhoria se traduza em melhores indicadores de produção científica, que garanta os requisitos de uma licenciatura em DGH.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Sim

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

Constata-se que o número de pessoal não docente indicado é referente à IES e há uma boa proximidade no apoio dos vários serviços.

Em termos gerais, o nível de qualificação dos elementos do corpo não docente é satisfatório, pois dos 32 funcionários, 53,1% são licenciados e 9,4% possuem formação pós-graduada.

É proporcionado anualmente ao pessoal não docente formação no sentido de promover as suas competências e qualificações e beneficiam de um regime especial (isenção de propinas) caso desejem frequentar uma licenciatura, uma pós-graduação ou um mestrado na ESHTe.

3.4.2. Pontos fortes

Iniciaram em 2010/11, um plano de formação, baseado em necessidades identificadas junto do pessoal não-docente.

Facilidades à disposição do pessoal não docente que incentivam a vontade de ingressar num dos cursos da ESHTe.

Pessoal não docente dedicado e centrado em determinados cursos e funções mais específicas.

3.4.3. Recomendações de melhoria

Consolidar e continuar a estimular o pessoal não docente para a realização e aperfeiçoamento da formação académica.

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Sim

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

Há uma forte procura pelo programa. Embora pareça haver alguma flutuação no número de candidatos, nos últimos três anos registou-se um número consideravelmente maior de candidatos (512, 388 e 468, respetivamente) do que de vagas disponíveis (60). Em 2017/2018 registaram-se 468 candidatos para as 60 vagas do CE.

No total, existem 240 alunos a frequentar o CE, dos quais a maioria (56%) é do género feminino, sendo que o número de alunos por ano curricular varia entre 75 no segundo ano e 83 no primeiro.

4.2.2. Pontos fortes

Elevado número de candidatos para as vagas disponíveis.

4.2.3. Recomendações de melhoria

Nada a indicar.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Sim

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Em parte

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

A eficiência formativa é relativamente alta, com cerca de 60 graduados por ano nos últimos três anos. No entanto, no mesmo período registou-se uma ligeira diminuição na proporção de alunos que completa com sucesso o programa dentro de 3 anos.

As taxas de sucesso escolar são também elevadas, sendo que o CE apresenta resultados entre os 84% e os 88% de sucesso em todas as áreas científicas.

A taxa de desemprego do CE é baixa (3,8%) e embora tenha subido em relação ao período homólogo do ano passado (2,7%), ainda está abaixo da média nacional (7,2%) e da média institucional (5,9%). No entanto, não há uma indicação clara de como é feito o acompanhamento dos estudantes graduados.

5.3.2. Pontos fortes

Elevadas taxas de sucesso escolar (eficiência) bem como elevadas taxas de empregabilidade.

5.3.3. Recomendações de melhoria

Nada a indicar.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Em parte

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Em parte

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Em parte

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Em parte

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

17 docentes (35%) estão integrados em 10 Centros de Investigação (CI), sendo que 8 CI têm avaliação FCT e 2 ainda não têm avaliação (CIDI e CITUR - 7), mas que são vocacionados para a AC do Turismo, que inclui a Hotelaria.

O volume global das publicações é escasso perante um corpo docente vasto e referente a edições com pouca relevância académica e científica. Muitas publicações não são sobre temas centrais no ciclo de estudos (Hotelaria).

O curso DGH, no âmbito das suas UC, tem reforçado a atuação junto de empresas do sector hoteleiro e do turismo, incluindo o envolvimento direto dos alunos que frequentam o curso.

Num contexto institucional, prosseguem os serviços prestados para o sector da hotelaria, com o desenvolvimento de trabalho ligado aos estudos, à investigação aplicada, à assessoria técnico-científica e à formação não graduada ao nível avançado. Foram concretizados eventos de desenvolvimento profissional, em parceria com as empresas do setor. No âmbito do Programa de Modernização e Valorização dos Institutos Politécnicos, a ESHTe obteve a aprovação de 5 Projetos em desenvolvimento.

6.6.2. Pontos fortes

A aparente determinação da ESHTe em cumprir melhorias no âmbito da sua atividade académica/científica no âmbito de DGH.

Os serviços prestados para o sector da hotelaria aos diversos níveis, conforme antes descrito.

6.6.3. Recomendações de melhoria

Recomenda-se um maior envolvimento do corpo docente em tarefas de investigação, tanto de âmbito individual como institucional, no quadro das unidades de investigação em que se integram os seus membros e/ou em regime de parcerias. Porém, refere-se que são poucos os docentes integrados em CI com elevada classificação pela FCT, o que é problemático a nível de desenvolvimento futuro da formação em DGH.

Ao nível das publicações, também se recomenda um maior esforço, tanto em termos de quantidade das produções, como da relevância académica dos títulos que as acolhem, para além de um foco mais determinado nos domínios científicos de maior relevância para o CE (Hotelaria).

É também recomendada uma maior participação dos docentes em eventos científicos e dinamização de projetos aplicados, que mais facilmente podem ter enquadramento através da integração em CI.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Sim

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Sim

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Sim

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

A percentagem de estudantes que participa em programas de intercâmbio internacional é relativamente alta (3% de estudantes de intercâmbio de entrada e 4% de estudantes de intercâmbio de saída). No entanto, a percentagem de estudantes matriculados no exterior é relativamente baixa (2,2%).

O pessoal docente participa substancialmente na mobilidade internacional (8% vai para o estrangeiro durante um determinado período).

A nível institucional (ESHTE), a participação no programa ERASMUS+ proporciona aos estudantes uma oferta diversificada em termos de possibilidades de gastar parte do estudo no estrangeiro.

7.4.2. Pontos fortes

Participação substancial de estudantes e professores nos programas de mobilidade internacional, com base na cooperação internacional com instituições no exterior.

7.4.3. Recomendações de melhoria

Aumentar a percentagem de estudantes estrangeiros inscritos

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Sim

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

O ciclo de estudos encontra-se certificado pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO TedQual Certification)

Não são conhecidas as conclusões da avaliação, mas sim as cinco áreas de análise que avaliam os aspetos internos e externos do CE: a coerência do plano de estudos; o apoio pedagógico e as infraestruturas existentes; as políticas, as ferramentas e os mecanismos de apoio à gestão administrativa; a existência de mecanismos transparentes para a seleção da Escola e condições favoráveis para o seu desenvolvimento profissional; e, a relevância do conteúdo do programa de estudos em relação às necessidades do setor de turismo.

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

A IES implementou um Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) e usa o manual de garantia da qualidade (MGQ) como documento de referência com procedimentos comuns de gestão, de cumprimento obrigatório em toda a instituição. O Manual da Qualidade espelha de forma detalhada os mecanismos de garantia da qualidade dos CE das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem.

Há evidência dos procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas algumas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional, que mereceu parecer positivo da Agência para a Modernização Administrativa (AMA).

O processo de avaliação do desempenho docente possui regulamento próprio interno, de acordo com o estatuto da carreira profissional docente do ensino superior politécnico, com caráter regular, é iniciado com o preenchimento pelos docentes das fichas de autoavaliação, usando inquéritos (ComQuest) do software de gestão académica (SIGES). Segue-se a análise pelos diretores de curso, com a supervisão dos coordenadores das áreas científicas e pela comissão coordenadora, no caso dos ciclos do mestrado.

O Conselho para a Avaliação e Qualidade coordena todas as atividades relativas ao SGQ.

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente, de acordo com o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP 3) e estão implementadas algumas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional, em função do posto de trabalho que ocupam, bem como a conceção de apoio financeiro para a respetiva formação.

8.7.2. Pontos fortes

De um modo geral, os mecanismos de garantia da qualidade estão bem explanados e organizados.

8.7.3. Recomendações de melhoria

Recomenda-se que se evidenciem as tendências de desempenho dos indicadores de qualidade com o acompanhamento das ações realizadas e a sua eficiência, comprovando que o mecanismo de qualidade vigente funciona como esperado.

Apoiar áreas específicas que precisem de ser reforçadas, tais como as áreas identificadas como fraquezas e as que representam uma oportunidade, segundo os parâmetros de qualidade.

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

Foram implementadas várias medidas de melhoria (parcialmente ao nível da ESHTe):

- assinatura de um acordo com o Turismo de Portugal, visando ter mais espaço para salas de aula e outras instalações
- melhoria de procedimentos administrativos
- reformulação do programa ERASMUS visando uma maior internacionalização, estabelecendo também parcerias com universidades não europeias
- melhoria das instalações da biblioteca
- mais e melhores instalações de TIC para estudantes e professores
- reforço do ensino de inglês
- mais estágios devido à expansão de parcerias com a indústria

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

Com base na análise SWOT, várias ações de melhoria foram tomadas, incluindo a formulação de indicadores de implementação

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

Apesar de não estar programada qualquer alteração em relação ao presente ciclo de estudos, mantendo-se as unidades curriculares indicadas no Despacho n.º 18 161-C/2007, Diário da República, 2.ª série — N.º 156 — 14 de Agosto de 2007, a IES procedeu com atualizações, quer ao nível da bibliografia de referência, como também no plano do aperfeiçoamento das sessões letivas e de aprendizagem dos discentes. Foram introduzidas as fichas de unidade curriculares devidamente atualizadas.

A visita à ESHTe permitiu solicitar uma reflexão maior sobre a proposta de reestruturação apresentada no guião. A ESHTe adicionou pequenos ajustes. A correção às Fichas de Unidade Curricular (FUC) referentes aos Estágios I e II, com incidência apenas no campo 9.4.5 - Conteúdos programáticos, do relatório de autoavaliação. E, UC com alteração de semestre (tabela 1) e UC com alteração na sua designação (tabela 2), sem alterar a carga letiva ou de trabalho dos alunos. As alterações apresentadas na tabela 2 devem-se a alterações realizadas em consonância com os restantes cursos da ESHTe, com o objetivo de tornar o seu conteúdo programático mais explícito na nomenclatura de identificação da unidade curricular.

A CAE considera as alterações adequadas, pelo que o plano de estudos deve ser aceite conforme indicado, com a exceção das AC apresentadas (ver ponto 12.4).

A ESTHE enviou 3 documentos de informação adicional relativos a: proposta do novo plano

curricular do curso de Direção e Gestão Hoteleira, que inclui 6 mudanças de semestre de UCs e 3 UCs (âmbito científico idêntico) com alteração de designação e grelhas síntese respetivas; correção de Ficha da Unidade Curricular (FUC) de Estágio I e de Estágio II. Consequentemente, lamenta-se que a melhor adequação das AC's aos CNAEF's respetivos não tenha sido aproveitada para este CE, conforme solicitado na reunião final da visita da CAE, pelo que se impõe como condição imediata que se proceda em conformidade, de acordo com o decreto lei 115 de 2013, artº 3, alínea h) [com as diversas alterações a lei, este artigo e alínea manteve-se].

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

A CAE tomou atento conhecimento da pronúncia que a Escola Superior de Hoteleira e Turismo do Estoril decidiu apresentar na sequência do Relatório produzido no âmbito da avaliação ao Primeiro Ciclo de Formação em Direção e Gestão Hoteleira.

A CAE congratula-se pela manifestação de concordância em relação às observações por nós produzidas.

A CAE reconhece que a IES está determinada em cumprir com as recomendações propostas pela CAE e os requisitos exigidos pela legislação em vigor e pela A3ES.

Assim, entende esta CAE manter o parecer emitido no relatório preliminar.

11.2. Observações

Apesar de se sentir alguma evolução ao nível da acessibilidade aos transportes públicos dos estudantes, à ESHTe, percebe-se que ainda existem muitas dificuldades que deverão tentar ser resolvidas junto das entidades competentes. Também foi identificado que ao nível do estacionamento, os estudantes começaram a sentir mais dificuldades no atual ano letivo. Este facto foi reiteradamente mencionado nas reuniões com estudantes.

De uma maneira transversal, e reportado por estudantes, a CAE destaca como pontos fortes desta instituição, os seguintes:

- 1) Uma forte ligação ao mercado
- 2) Uma grande disponibilidade dos docentes
- 3) E, uma flexibilidade na atualização permanente de conteúdos.

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

De um modo geral, os mecanismos de garantia da qualidade estão bem explanados e organizados.

Há uma boa proximidade no apoio dos diversos serviços, assegurados pelo pessoal não docente, incluindo o apoio administrativo mais próximo das operações diárias dos CE's.

Os hard skills tem sido o grande alvo de atenção (o saber fazer), verificando-se a preocupação e sensibilidade para reforçar os soft skills, o que representa uma mais valia para o ensino na área do turismo e da hospitalidade [reforçado pelos alunos, graduados e parceiros]

Tal como há seis anos atrás, continua a dificuldade com a elaboração dos Learning agreements por parte dos Diretores dos Cursos, para a mobilidade no âmbito do Erasmus+.

Realça-se a forte ligação da ESHTe ao sector empresarial e entidades empregadoras (uma verdadeira zona de conforto). Porém, é sugerido, pelos representantes das entidades, que sejam mais envolvidos.

É desigual entre as AC's as publicações em revistas indexadas/de referencia. É necessário continuar e até incrementar a Investigação Aplicada, Publicações em Revistas com impacto e Desenvolvimento de projetos, junto dos parceiros regionais, que levem ao incentivo, por parte dos alunos e corpo docente, de uma atitude permanente de Pesquisa e Divulgação de resultados, particularmente nas áreas do CE.

Relativamente aos especialistas, a CAE reitera que a situação do reconhecimento dos especialistas pelo CTC está a acabar.

Identificam-se docentes com serviço letivo atribuído na UC de Estágio. No entanto, diversos stakeholders, incluindo graduados e parceiros, partilham a opinião que os alunos vão para a entidade sem plano de estágio, e não tem acompanhamento durante o período do estágio.

De modo geral (todos os CE), houve muito descuido no preenchimento das fichas dos docentes. Torna-se difícil determinar o equilíbrio das cargas letivas atribuídas e se são compatíveis com as demais funções próprias de um docente de ensino superior. Também para determinar a experiencia profissional de todos os docentes reconhecidos como especialistas pelo CTC. Há muitas fichas com número de horas extremamente reduzidas, tipo 1,5 horas, 1+1 hora, o que claramente estão mal preenchidas. Pelo menos um caso em que o docente não preencheu a ficha. Por estes motivos, a CAE teve de proceder a um pedido de informação, para todos os processos, a ser indicado o total de horas de contato que cada docente assegura no respetivo CE, o que tornou muito complicado a elaboração dos relatórios preliminares da CAE. Numa Escola que é generalizadamente reconhecida como uma referencia do ensino de turismo a nível nacional e internacional, estas situações são inaceitáveis.

A construção de novas instalações e a adaptação dos edifícios atuais, prevista para dentro dos próximos dois anos, resolverá a utilização limitada dos espaços existentes, devido à partilha das instalações com a Escola Profissional do Turismo de Portugal. A ESHTe passará a ter espaços mais adequados e novos equipamentos em laboratórios de aplicação. No caso do não avanço das obras no tempo previsto, há que equacionar a possibilidade da redução do número de ciclos de estudo e número de estudantes, para assegurar que o processo de ensino aprendizagem seja pedagogicamente sustentável.

A proposta de reestruturação apresentada no guião e complementada com uma atualização depois da visita da CAE é considerada adequada, com a exceção das AC's apresentadas (ver ponto 12.4). A Coordenadora do Curso aparenta possuir perfil académico adequado. Deverá estar mais envolvido nas diversas atividades letivas, curriculares e extracurriculares do CE. Para um maior acompanhamento dos alunos, recomenda-se que assegure mais UC neste CE, que coordena.

Verifica-se uma boa dinâmica de formação e contratação do pessoal docente que melhorou a qualificação do mesmo. No entanto, A ESHTe deve tomar medidas para que os rácios do corpo docente qualificado e especializado melhorem de modo contínuo.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

<sem resposta>

12.4. Condições:

Foi, geralmente, aceite por todos os stakeholders que as AC's praticadas não são adequadas à missão, objetivos e imagem da ESHTe. Para uma IES com planos para tornar-se em campus europeu para o ensino do turismo e reforçar seu posicionamento como referencia de ensino em turismo a nível nacional, as AC's deverão refletir a natureza da especialização em turismo, hotelaria e restauração. A CAE já tinha feito esta referencia na última avaliação. A IES deve proceder com a implementação das AC's da CNAEF, de acordo com o decreto lei 115 de 2013, artº 3, alínea h) e incluir esta alteração já na proposta de reestruturação do CE. Esta alteração deve ser feita de imediato e incluir na pronuncia a apresentar pela IES.